

ANÁLISE POLÍTICA

ASSISTENCIALISMO E LIBERALISMO



CONSULTORES

Relações Governamentais

ASSISTENCIALISMO E LIBERALISMO

Com a possibilidade de ultrapassar o teto de gastos, a fim de viabilizar o novo programa de transferência de renda, o governo do presidente Jair Bolsonaro demonstra que o projeto liberal do ministro Paulo Guedes (Economia) ficará de lado até a eleição de outubro de 2022. Incentivado pelo Centrão, o presidente aposta na agenda assistencialista em busca do segundo mandato.

Com a economia pressionando a população, o governo prepara socorros diretos a quem tem renda mais baixa. A seguir, considerações sobre a equação que envolve combate à miséria, mercado financeiro e reeleição.

A escolha pelo social

Diante do aumento do custo de vida no país, o presidente voltou-se ao social. Nas palavras de Guedes, o governo quer uma “licença para gastar” fora do teto. Bolsonaro apoiou o ministro na defesa da PEC dos precatórios, que teve o texto-base aprovado na Câmara dos Deputados na última semana.

Na proposta, que posterga o pagamento a credores reconhecidos pela Justiça, é planejada a primeira mudança: a correção do teto, atualmente pelo IPCA medido entre julho e junho, passará para a soma do IPCA entre janeiro e dezembro. Assim, seriam liberados quase R\$ 84 bilhões em 2022.

O governo trabalha para aprovar a PEC no Congresso Nacional, mas também cogita prorrogar o estado de calamidade para manter o auxílio emergencial

fora do teto em 2022. O governo tinha algumas opções para reduzir gastos em outras áreas, como os recursos previstos para obras em 2022 ou as emendas do relator do orçamento. Essas alternativas, no entanto, poderiam reduzir a fidelidade no Congresso e, principalmente, nas ruas.

Reflexos na economia

Conciliar a assistência aos mais pobres, em momento de aumento da fome, com a atenção à área fiscal, é complexo para qualquer governo. O mundo inteiro convive com uma onda de inflação, pressionando os Bancos Centrais a agir.

O aumento no custo de vida tem como consequência, em qualquer país, a redução dos índices de aprovação do governo. No Brasil, não é diferente. Por isso, o governo busca na transferência de renda uma solução rápida para os problemas urgentes da população. Mas, por outro lado, passa a mensagem de descontrole nas finanças. As consequências podem ser de elevação da cotação do dólar ante o Real, impactando novamente nos preços dos combustíveis e na inflação, o que, por sua vez, deve provocar nova alta da taxa de juros. Esse cenário tira a confiança de investidores e consome o poder de compra dos brasileiros.

Inflação – a meta do Banco Central para 2020 é de 3,75%. Em setembro, segundo o IBGE, o acumulado em 12 meses ficou em 10,25%. A alta é mais forte nos alimentos e nos combustíveis, pesando principalmente aos mais pobres.

Selic – o Banco Central elevou a taxa básica de juros de 6,25% para 7,75% ao ano e sinaliza nova alta em dezembro. A Selic estava em 2% antes da série de seis altas seguidas. Para muitos economistas, o BC demorou a agir.

Dólar – O dólar terminou 2019 cotado em R\$ 4. Quase dois anos depois, a moeda está na faixa de R\$ 5,60. Entre os emergentes, o Brasil tem um dos piores desempenhos no câmbio, o que pressiona preços atrelados a commodities.

Gasolina e gás de cozinha – em 2019 a gasolina na bomba era vendida a R\$ 4,34 o litro. Dólar, barril de petróleo e política da Petrobras fizeram o preço ficar acima de R\$ 7. O botijão de gás que custava R\$ 69,21 em 2019 passa de R\$ 100 atualmente.

PIB – O PIB caiu 4,1% em 2020, desempenho considerado bom por se tratar de ano de pandemia. Teria caído mais sem o auxílio emergencial. Nas últimas semanas, o mercado tem revisado para baixo as projeções de crescimento com receio do descontrole nos gastos públicos.

Petrobras no foco

Bolsonaro passou a cogitar em público a privatização da Petrobras, para deixar claro que não é o responsável pela disparada dos preços dos combustíveis. O diesel no ano acumula alta de 65,3%

nas refinarias, e a gasolina de 73,4%. Apesar da proposta agradar ao mercado, os investidores não consideram que a iniciativa vai ser levada adiante, por enquanto.

Também não há indicativos de que a Petrobras mudará a política de preços, que leva em conta o valor do petróleo no exterior e a cotação do dólar, mas a pressão do Congresso é grande. Audiências públicas e projetos de lei na Câmara dos Deputados e no Senado Federal tratam sobre mudanças na política de preços. É uma pauta que pode avançar em razão do apelo social.

Em outra frente, o governo monitora a ameaça de greve dos caminhoneiros. Bolsonaro prometeu um auxílio caminhoneiro de R\$ 400 para compensar a escalada do diesel. O presidente há meses troca farpas com governadores em razão das alíquotas de ICMS (tributo estadual) dos combustíveis. Na semana passada, os governadores concordaram em congelar a atual taxa por três meses.

Guedes persiste na Economia

Ícone do projeto liberal que Bolsonaro encampou na eleição, Paulo Guedes é um ex-superministro. O chefe da Economia segue relevante, mas sem a força do início do governo, vide as derrotas recentes ao ter de aceitar o desejo de furar o teto de gastos. Mesmo assim, o ministro é premiado pela persistência na defesa de suas ideias. O mercado considera que a situação piora sem Guedes, pois seu substituto dificilmente conseguiria fazer contraponto ao impulso de ampliar gastos.

Como foi em 2018

A opção pelo lado social, incentivada por líderes do Centrão e militares, é um movimento pragmático de Bolsonaro. O mercado influencia, mas não impõe sua vontade na eleição. Bolsonaro não era o candidato ficha 1 do mercado em 2018. Tornou-se diante das pesquisas, que mostravam Geraldo Alckmin (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB) estagnados com baixo percentual. Em um novo embate com o PT no segundo turno, pode novamente atrair o apoio dos agentes financeiros em 2022.

Reação nas pesquisas

A 11 meses da eleição presidencial, as pesquisas indicam uma reação de Bolsonaro. Segundo o PoderData, a vantagem do ex-presidente Lula (PT) para Bolsonaro (sem partido) em um eventual segundo turno caiu 10 pontos em dois meses – de 55% a 30% para 52% a 37%.

Assessores do presidente comentam que a perspectiva do Auxílio Brasil

mínimo de R\$ 400 e a trégua com o Supremo Tribunal Federal (STF) contribuíram para melhorar o índice. O discurso de ameaça de ruptura institucional está em suspenso há dois meses, desde o ato de Sete de Setembro.

TSE e fake news

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu arquivar por falta de provas as ações que pediam a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão pelo disparo de mensagens em massa em 2018. No entanto, a Corte estabeleceu tese jurídica sobre o uso das redes sociais que servirá para Justiça Eleitoral em 2022.

Os ministros decidiram que, para a próxima eleição, o uso indevido das redes, com disparos em massa de mensagens, fake news e perfis anônimos, pode levar à cassação do mandato, com base no artigo 22 da Lei da Inelegibilidade. A prática poderá configurar abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação sociais. A tese será discutida até chegar à palavra final do STF.

CPI encerrada

Após seis meses de sessões no Senado, a CPI da Covid encerrou o trabalho com a aprovação do relatório final com a sugestão de indiciamento de 78 pessoas e duas empresas. O documento pede o indiciamento de Bolsonaro por pelo menos nove crimes, entre os quais, epidemia com resultado morte; charlatanismo; falsificação de documento particular; e crimes contra a humanidade.

O relatório foi entregue a autoridades, como o procurador-geral da República, Augusto Aras, responsável por investigar autoridades com foro privilegiado, como presidente e ministros. A tendência é que as apurações demorem, podendo inclusive não avançar. Por ora, o desgaste é apenas de imagem dos investigados.

Mendonça ainda na espera

A análise sem pressa de Aras no material da CPI da Covid consta no xadrez das vagas para o STF. Indicado por Bolsonaro há mais de três meses para o Supremo, o ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça André Mendonça segue sem previsão de ser sabatinado pelo Senado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), não cedeu à pressão do Planalto e de igrejas evangélicas.

Já se fala em protestos contra Alcolumbre no Amapá caso a indicação não seja pautada até o final de novembro. O senador mantém o discurso de que não há votos para aprovar a indicação de Mendonça e trabalha nos bastidores, com auxílio de outros nomes do Centrão, para emplacar outro jurista no STF. Um dos nomes defendidos por políticos é o de Aras.

Queiroga de olho em 2022

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, mantém a atuação de olho na disputa eleitoral do próximo ano, possivelmente por uma vaga ao Senado pela Paraíba. O médico tem como ativo eleitoral a queda na média de mortes por Covid-19 e o avanço da vacinação - mais de 113 milhões de brasileiros totalmente imunizados (53,12%) da população e mais de 154 milhões com ao menos uma dose (72,19%). O ministro não demonstrou preocupação com o relatório da CPI da Covid, que recomendou seu indiciamento por prevaricação e epidemia culposa, caso que não deve avançar.